CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP
CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731
Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

ATA DA 26ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALESÓPOLIS, realizada em 26 de Setembro de 2011 - 3º Período da 15ª Legislatura. Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano dois mil e onze, no edifício sede deste Poder Legislativo, realizou-se a Vigésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Salesópolis sob a presidência do Vereador Sebastião Rodrigues de Campos Júnior e secretariada pelos Vereadores Deise Aparecida Corrêa Duque – 1ª Secretária, e Sérgio Aparecido Feliciano de Sá – 2º Secretário. Às dezenove horas, horário regimental, o Sr. 2º Secretário procedeu a verificação da presença, constatando-se a ausência do Vereador Agnaldo Bueno e presença dos demais membros desta Casa. Havendo número legal, o **Sr. Presidente** declarou aberta a sessão e solicitou a Sra. 1ª Secretária que procedesse a leitura da Ata da última sessão, neste momento, o **Vereador Angelino Rodrigues** requereu a dispensa da leitura, requerimento este que, submetido ao Plenário, foi aprovado por unanimidade dos presentes, ou seja, oito votos, dada a ausência do Ver. Agnaldo Bueno. Em seguida, o Sr. Presidente submeteu a ata à discussão e votação, sendo a mesma também aprovada por unanimidade dos presentes, sem preceder manifestação. Ato contínuo, solicitou a Sra. 1ª Secretária que procedesse a leitura das matérias do **EXPEDIENTE** que constou do seguinte, com seus respectivos despachos: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/11 (Concede Medalha de Mérito "Parceiros da Estância Turística de Salesópolis" a Associação de Assistência e Orientação à Criança e ao Adolescente "Caminhando Juntos" AAOCA-CAJU, e dá outras providências), de autoria do Ver. Sebastião Rodrigues de Campos Júnior e demais Vereadores – desp.: Às Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; REQUERIMENTOS solicitando ao Sr. Prefeito Municipal Nºs: 118 – Enviar cópia da Licença Ambiental necessária ao início das obras do Parque da Nascente do Rio Tietê; e 119/11 – Informar se já foi encaminhada solicitação para utilização do Saldo Residual, relativo ao Convênio firmado com a Caixa Econômica Federal, referente à obra de pavimentação em trecho da Estrada da Petrobrás e, em caso positivo, informar o valor deste saldo e encaminhar cópia da Licença Ambiental pertinente, ambos do Ver. Claudinei José de Oliveira – desps.: Aprovado, encaminhe-se; MOÇÃO Nº 010/11 – DE APOIO à aprovação do Projeto de Lei Nº 770/2011, de autoria do Deputado Estadual Celso Giglio (PSDB), que dispõe sobre a isenção da taxa de pedágio aos veículos automotivos pertencentes à Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional dos Municípios, quando estiverem em serviço, do Ver. Sebastião Rodrigues de Campos Júnior e outros – desp.: Aprovada, encaminhe-se; INDICAÇÕES solicitando ao Sr. Prefeito Municipal Nºs: 149 – Determinar ao Setor de Obras, rebaixar a lombada existente na Rua Ferdinando Jungers, Distrito dos Remédios; 150 – Determinar ao Setor de Obras, construir um abrigo no ponto de ônibus localizado em frente à EE Ver. Elisiário Pinto de Moraes, Distrito dos Remédios, ambas dos Vers. Angelino Rodrigues e Sérgio Aparecido Feliciano de Sá; e 151/11 – Determinar ao setor competente, o plantio de quatro mudas de árvores nativas na Praça Antonio de Souza Prado, dos Vers. Sérgio Aparecido Feliciano de Sá e Angelino Rodrigues – desps.: Encaminhe-se, lidas no Expediente; CARTA do cidadão Paulo David Alonso solicitando interferência dos Vereadores junto à Prefeitura para instalação de iluminação pública na Estrada das Pitas Km 102, Bairro do Chá, e reclamando que, embora passado um ano, a Prefeitura Municipal não solicitou o serviço à empresa concessionária, alegando falta de verba – desp.: Encaminhe-se à Prefeitura Municipal e após arquive-se, Plenário ciente; CONVITES: do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - para o Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigente Municipal de 2011, promovido pela Unidade Regional de São José dos Campos, a ser realizado no próximo dia sete de outubro, com início previsto às dez horas, no Centro Pastoral da Igreja Matriz de

Salesópolis; da Prefeitura de Ubatuba - para o I Fórum de Políticas Públicas, a realizar-se dos dias vinte e seis, vinte e sete e vinte e oito de Setembro, às dezoito horas, na Universidade de Taubaté – UNITAU; do Vereador Eliseu Gabriel da Câmara Municipal de São Paulo – para o Seminário Bulling, a ser realizado em vinte e seis de setembro, na Câmara Municipal de São Paulo, das treze às dezoito horas; da Prefeitura Municipal de Salesópolis e Consórcio Regional de Serviço de atendimento Médico de Urgência – para a solenidade de inauguração da Base do SAMU, a realizar-se no dia trinta de setembro, às nove horas; COMUNICADOS sobre a liberação de recursos financeiros: do Ministério da Saúde – no valor de R$ 4.077,09 para o Pagamento de Programa de Assistência Farmacêutica Básica, competência Agosto/2011, no valor de R$ 1.814,44 para Pagamento de Compensação de Especificidades Regionais, competência Agosto/2011; do Ministério da Educação – no valor de R$ 2.118,00 para Alimentação Escolar – Pré-Escola e de R$ 55.431,50 referente à Sétima Quota do FNDE, competência Agosto/2011; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – no valor de R$ 1.323,70 para o IGD-PBF, competência Abril/2011; e outros três valores de R$ 4.500,00 para PBF, de R$ 1.294,20 para o PBVII e de R$ 1.500,00 para o PVMC, todos competentes a Julho/2011– desps.: Arquive-se, Plenário ciente. Terminada a leitura, o **Sr. Presidente** informou que, no último dia vinte e quatro, nesta Casa de Leis, foi realizada uma Câmara Técnica do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Caraguatatuba e Comissão Municipal Histórico Cultural de Salesópolis, para apresentação dos resultados da pesquisa sobre o Padre Doria e Rota Dória, que interliga os Municípios de Salesópolis, Paraibuna, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela. Disse ainda que, nesta data, a Comissão Municipal Histórico Cultural protocolou um documento, encaminhando cópia da Síntese da História do Município e, dada a importância da matéria para a verdadeira história de Salesópolis, solicitou a Sra. 1ª Secretária que procedesse sua leitura na íntegra, que segue transcrita: *"Estância Turística de Salesópolis, em 24 de Setembro de 2011. Exmo. Senhor, É com satisfação que vimos a presença de Vossa Excelência informar que devido as pesquisas realizadas junto aos munícipes, órgãos do Estado, museus, igrejas da região e Cúria Diocesana de São Paulo, tivemos como resultado vários documentos que estão enriquecendo a história do Município, Estado de São Paulo e do Brasil, o que também já resultou em várias ações de desenvolvimento, tanto na área turística como na busca de parcerias para implantação de infraestrutura nos roteiros turísticos locais. Dentre os documentos encontramos alguns que estão diretamente ligados a fundação do Município, e aproveitamos a oportunidade para encaminhar a cópia da "Síntese História do Município – Do Nascimento à Maioridade" de autoria do Dr. Raul Wuo, elaborado em 26 de Maio de 1992 (quatro dias antes de sua morte) e outro da própria Câmara Municipal de Salesópolis datado de 15 de Julho de 1866, assinado pelos vereadores da época, Antonio Vicente Ferreira, Manoel Candido de Toledo Ribas, Manoel José d'Oliveira Santos, José Francisco de Miranda e Salvador Bueno de Toledo, documento este resgatado do Arquivo Público do Estado de São Paulo, sendo que ambos se complementam, dando identidade e fundamento à História do Município. Com base nos documentos encontrados e que irão subsidiar futuramente material didático no Município é que também encaminhamos um Relatório compilando os dados atuais para facilitar o entendimento. Como registrado em depoimento e veiculado na Globo Ecologia do último dia 16 de Setembro, pelo Senhor More Ventura em visita a Rota Dória, existem vários ícones de modelo de cidadania e um deles é a busca da identidade, portanto sendo de extrema importância o incentivo a busca da verdadeira história de cada um. Acreditamos que estamos fazendo a nossa parte, contribuindo como*

"voluntários" com o nosso Município e com a história do Brasil e novamente aproveitamos a oportunidade para solicitar que todos os documentos apresentados sejam lidos na próxima Sessão de Câmara, para que se torne documento oficial a ser também um dia utilizado para pesquisas. Sem o que nos cumpria, apresentamos protestos de consideração e apreço. Respeitosamente, Gilda Brasileiro, Presidente da Comissão Municipal Histórico Cultural, Ao Excelentíssimo senhor Vereador Sebastião Rodrigues de Campos Júnior, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Salesópolis/SP. PADRE DÓRIA o fundador oficial de São José do Paraitinga, atual Salesópolis ROTA DORIA "Uma rota clandestina de escravos". No final do século XVIII, o Rei de Portugal emitiu uma ordem para o fechamento dos portos onde, na região sudeste, somente Rio de Janeiro e Santos podiam comercializar os produtos de importação e exportação. Manoel Lopes da Ressurreição, tio avô do futuro Padre Dória, pediu então que se abrissem novas estradas ligando o Litoral Norte ao Vale do Parahyba, porém essas estradas só começaram a ser abertas no início do século XIX, de forma lenta e precária, utilizando as trilhas indígenas. Em 1808, com a chegada da Coroa Portuguesa, o Rei D. João VI abriu novamente os portos, mas já não se tinha o mesmo ritmo de embarque e desembarque de navios em portos diversos do Rio e de Santos. Em 1816 o então jovem Manoel de Faria Dória tornou-se Padre e mais que isso, tornou-se Vigário de São Sebastião. Em 1831 a população sebastianense foi até o Pároco Padre Dória e pediu que se fizesse algo para que voltasse o brilhantismo do Porto de São Sebastião, pois o mesmo se encontrava quase falido. Das 126 fazendas existentes, passaram a ser somente 06, dentre elas a Fazenda Santana, a maior entre todas do litoral paulista, sempre administrada por mulheres. Em 1832 o Padre Dória, já vereador, fez uma expedição para a Capela Curada de São José do Parahytinga (hoje Salesópolis), devido a esta ser um eixo entre o litoral norte, o Vale do Parahyba e São Paulo de Piratininga. Nesta primeira incursão o Pároco decidiu que a trilha não era tão boa e deveria ser gasto o triplo do que se imaginava. Ao chegar a São José do Parahytinga foi muito bem acolhido pelo Alferes José Luiz de Carvalho que lhe forneceu mantimentos e dinheiro para que fizesse a estrada por um outro traçado. O Padre Dória então volta a São Sebastião e, dois meses depois, retorna pelo outro caminho que descreve como próprio para abertura da estrada, com rios limpos e transitáveis e então começa a logística da obra que tinha como objetivo o transporte, o desenvolvimento da agricultura, do comércio e das povoações. Embora tudo tenha corrido como planejado, muitos fazendeiros ficaram desgostosos com a instalação de barreiras (ou alfândegas) no caminho, obrigando-os a pagar taxas (tributos) à coroa. Em 1831 estava proibido (pela Inglaterra) o tráfico negreiro pelo mar, todavia ainda existia na clandestinidade a comercialização de escravizados trazidos da África que continuava internamente. Grande parte dos maiores escravagistas da época morava ou possuía terras na região (Vale do Paraíba – produção de café e Litoral Norte) e não aceitava nem cumpria a Lei. Em 1833 o Padre Dória começa a construir efetivamente a estrada com a ajuda de escravos emprestados pelos fazendeiros da região que possuíam suas plantações de açúcar, farinha, produziam aguardente, fumo (de rolo) e manufaturavam cerâmicas, telhas e tijolos. Após esse período, com a estrada pronta e denominada "Estrada Nova", em 1836, o Padre Dória instala as barreiras para cobrança da "CISA" imposto relativo à circulação de riquezas e que era recolhido em benefício da Coroa sobre quaisquer mercadorias transportadas pelas estradas oficiais. Essa Barreira acabaria por dar visibilidade ao comércio ilegal de escravizados africanos trazidos pelo mar para a região depois da proibição. Muitos argumentos foram utilizados pelos adversários para tirar o Padre Dória da coordenação dos

trabalhos durante vários anos, contudo o Pároco, sempre muito bem documentado, não se deixava expor perante o Presidente da Província (Governador do Estado) que nada tinha a criticá-lo ou a dizer-lhe, exceto cobrar respostas às questões que a ele formulava e acatar as atitudes do Padre. Segundo "Síntese Histórica de Salesópolis DO NASCIMENTO A MAIORIDADE", do Sr. Raul Wuo, de 26-05-1992: "Em 25 de outubro de 1837, a Capela de São José do Paraitinga foi ereta em curada, desmembrando-se da paróquia de Santa Anna de Mogi das Cruzes. A Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pela Lei Nº 17, de 28 de fevereiro de 1838, impressa, publicada e posta a correr pelo Governo da Província em 1º de Março de 1838, erigiu a Capela Curada em Freguesia de São José do Paraitinga, marcando-se-lhe distrito. Para a oficial instalação do Distrito de São José do Paraitinga, os cidadãos: Domingos Freire de Almeida, Alferes José Luiz de Carvalho, Aleixo de Miranda e Francisco Gonçalves de Melo adquiririam de Antônio Martins de Macedo Aranha e outros, por escritura lavrada as folhas 32 a 34, do livro nº 1, do Cartório da Freguesia de São José do Paraitinga, em 14 de abril de 1.838, uma parte de terra, onde já se achava o povoado – sede da Freguesia, e doaram-na para a servidão pública, constando de tal título aquisitivo que as terras foram "vendidas aos compradores como Protetores do Bem Público". Daí os quatro adquirentes propiciaram a efetivação da existência da Freguesia e Distrito. Destarte, estes doadores não foram fundadores mas sim Protetores do Bem Público da Freguesia de São José do Paraitinga. Em 1838 Antônio Macedo Aranha, morador da Capela de São José do Parahytinga, doa uma parte de suas terras para "São José", a fim de que nela fosse construída a igreja matriz da Capela Curada de São José do Parahytinga, capela essa que já existia em suas terras desde o começo do povoado e enquanto pertecente a Mogi das Cruzes. No ano seguinte, em 09 de março de 1839, o Padre Manoel de Faria Dória assentou a "primeira pedra triangular fundamental" no alicerce da igreja matriz, tornando-se assim oficialmente o "fundador" da "Villa de São José do Parahitynga". "Descripção informa do Relactorio da Villa de São José do Parahytinga" Fica situada em um habertão que fica aquém da Serra do Uma quatro legoas sobre a chapada de um monte, está toda circundada de montes todos próprios para agricultura, sendo seu fundador o patriota paulista Vigário de São Sebastião finado Manoel de Faria Doria, sendo a primeira pedra triangular do alicerce da Igreja Matriz assentada em 9 de Março de 1839. ... Deos Guarde a V.Exa. Paço da Câmara Municipal da Villa de São José do Parahytinga 15 de Julho de 1866. Ilmo e Exmo Sr. Coronel Joaquim Floriano de Toledo, Digno Vice-Presidente desta Província. Assinam o documento: Antonio Vicente Ferreira, Manoel Candido de Toledo Ribas, Manoel José d'Oliveira Santos, José Francisco de Miranda e Salvador Bueno de Toledo. Documento da Câmara Municipal de São José do Parahytinga de 1866, resgatado no Arquivo do Estado de São Paulo pela Comissão Histórico Cultural de Salesópolis, em 2011 e publicado o seu conteúdo na íntegra em placa afixada no obelisco na Praça Central, marco zero do Município, que faz justa homenagem ao Padre Dória, fundador de Salesópolis, até então ignorado pela história. Mais três anos se passam e vem a revolução liberal entre os partidos conservadores (dos fazendeiros) e o liberal (dos padres e pessoas com idéias inovadoras), fazendo com que o Padre Manoel de Faria Dória seja perseguido por seus opositores e, claramente, para que a "estrada Nova" que ele havia construído fosse fechada, mas os argumentos do Padre eram sempre incontestáveis e a Estrada permanecia aberta. Todavia, após morto em 1842, numa emboscada, a Estrada é fechada em 1843 a pedido do "padre Pinto", vereador pelo Partido Conservador, cujo presidente do partido, era o maior escravagista de Parahybuna, Coronel Marcelino José e que tinha interesses em que o Porto

de Santos continuasse com a hegemonia das importações e exportações devido acordos políticos. Da mesma forma criar uma invisibilidade para esta Estrada. Assim continuou a hegemonia santista e o Porto de São Sebastião cai na clandestinidade a partir daí. Com a justificativa de que havia vulnerabilidade da estrada para ataques e que em São José do Parahytinga (hoje Salesópolis) não havia terrenos bons para agricultura, tudo era árido, além de pouquíssima povoação com todos incultos, é feito pelo "padre Pinto", em 1943, o pedido de fechamento da Estrada Nova, na tentativa de se excluir São José do Parahytinga definitivamente do mapa. Depois disso, o Presidente da Província de São Paulo de Piratininga determina que a partir de então não se deva constar em documentos oficiais tampouco em mapas, quaisquer menção ou citação sobre a Estrada do Dória. A partir daí começa a "Rota Dória", que se inicia na Baía de Castelhanos (com a chegada da mercadoria mais cara da época, os africanos) e vinha terminar no entreposto comercial em São José do Parahytinga (Casarão do Chá, hoje conhecido como Casarão Senzala). Por essa rota calcula-se que depois da Lei Euzébio de Queiroz, em 1850, que definitivamente vem proibir o tráfico negreiro, tenham passado mais de 25.000 escravos que, a partir de São José do Parahytinga, tomaram em direções diversas. Através de pesquisas e documentos oficiais, Salesópolis lança-se com um novo roteiro turístico e cultural, turismo de experiência, a Rota Dória "Uma Rota Clandestina de Escravos", que fazendo o percurso de Salesópolis – marco zero a Ilhabela, resgata a história da etnia afro brasileira, dando visibilidade aos africanos que por aqui passaram e deixaram seus descendentes, bem como sua tradição e cultura, fazendo com que de alguma forma a dor dos escravizados seja amenizada. Hoje essa Rota é uma rota de Amor, não mais de Dor, rota também de águas limpas e claras, de capelas Ed e um retorno ao século XIX com a recepção dos tataranetos dos ex-fazendeiros que mantiveram seus casarões intactos, que tratam a todos como reis principalmente os descendentes afro-brasileiros que ajudaram a construir a estrada e fizeram parte da História do Brasil e do Ciclo do Café, posto que os mesmos eram a mão de obra da época. Setembro de 2011. Alexandre Silva – Ana Lúcia Moraes Wuo – Gilda Brasileiro, Membros da Comissão Histórico Cultural de Salesópolis. Anexo - Síntese Histórica de Salesópolis – Do Nascimento à Maioridade. Na exploração agrícola de suas terras, a Vila de Santa Anna de Mogy das Cruzes expandiu seu termo e seus domínios em direção às nascentes do Rio Tietê, isto já nos primórdios do Século XVIII. Aliás, naquela época já era de franco uso o caminho que daquela Vila ia a Paraibuna e descia para a Vila de São Sebastião, então ativo porto de desembarque de sal, principalmente, além de outros fins. O primeiro ponto de pouso para quem vinha de Mogi, em caminhada normal, fazia-se no lugar que se denominou Capela de Nossa senhora d'Ajuda (mais tarde Capela Velha e agora Capela Nova). Em meados do Século XVIII abriu-se um caminho direto ligando a Vila de Jacareí à de São Sebastião (que até se chamou de Caminho do Sal), cruzando aquele já existente da ligação Mogi-Paraibuna-São Sebastião acerca de uma légua além do ponto de pouso e então pequeno povoado de Capela de Nossa Senhora d'Ajuda. No cruzamento destes caminhos constituiu-se outro ponto de pousada e logo outro povoado que suplantou o primeiro, nele se edificando templo religioso, dando-se-lhe o nome de Capela de São José do Paraitinga, em referência ao afluente do Rio Tietê nas proximidades. Segundo o livro "Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo", de autoria do Marechal Daniel Pedro Muller, publicado em 1.838, porém com dados relativos a 1.836, naquele ano, o então já chamado Distrito de São José do Paraitinga, pertencente ao termo da Vila de Santana de Mogi das Cruzes, tinha cinco quarteirões, portanto já era relativamente bem povoado, considerando

que a sede da Vila de Mogi possuía doze quarteirões, conforme se vê em "História de Mogi das Cruzes" do insigne historiador Isaac Grinberg. Em 25 de outubro de 1.837, a Capela de São José do Paraitinga foi ereta em curada, desmembrando-se da Paróquia de Santa Anna de Mogi das Cruzes. A Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pela Lei Nº 17, de 28 de fevereiro de 1.838, impressa, publicada e posta a correr pelo Governo da Província em 1º de março de 1.838, erigiu a Capela Curada em Freguesia de São José do Paraitinga, marcando-se-lhe distrito. Para a oficial instalação do Distrito de São José do Paraitinga, os cidadãos: Domingos Freire de Almeida, Alferes José Luiz de Carvalho, Aleixo de Miranda e Francisco Gonçalves de Melo adquiriram de Antônio Martins de Macedo Aranha e outros, por escritura lavrada a folhas 32 a 34, do livro nº 1, do Cartório da Freguesia de São José do Paraitinga, em 14 de abril de 1.838, uma parte de terras, onde já se achava o povoado-sede da Freguesia, e doaram-na para a servidão pública, constando de tal título aquisitivo que as terras foram "vendidas aos compradores como Protetores do Bem Público". Daí, os quatro adquirentes propiciarem a efetivação da existência da Freguesia e Distrito. Destarte, estes doadores não foram fundadores mas sim Protetores do Bem Público da Freguesia de São José do Paraitinga. Ao depois, em 24 de março de 1857, pela Lei Provincial nº 9, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila de São José do Paraitinga, adquirindo autonomia política e administrativa, como município, desmembrando-se, por conseguinte, de Mogi das Cruzes. Deu-se a instalação da Câmara Municipal da Vila de São José do Paraitinga aos 02 de dezembro de 1857, "na casa da residência do cidadão Antônio Gonçalves de Mello", em ato presidido pelo Doutor Salvador José Correia Coelho, então Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes. Na oportunidade foram empossados os primeiros vereadores eleitos, a saber: Domingos Rodrigues de Almeida, Capitão Manoel Gonçalves de Mello, Alferes Joaquim Teixeira de Santa Anna Ledo, Antônio José do Prado, Ivo Freire de Almeida, José Rodrigues Munhoz e Benedito da Silva Rego. A Vila do Paraitinga (o povo dizia "Preitinga"), ao tempo da instalação da Câmara de Vereadores, pertencia, judiciariamente, à Comarca de Jacareí. Fora, todavia, pertencente a Comarca da Capital da Província, como Freguesia e Distrito, pois Mogi das Cruzes também pertencera à mesma Comarca. Posteriormente, com a criação da Comarca de Mogi das Cruzes, em 10 de abril de 1874 e pela Lei nº 29 da Província, a Vila do Paraitinga passou a fazer parte desta. No entanto, como ditou a Lei Estadual nº 470, em 20 de dezembro de 1896 o Município de São José do Paraitinga passou a integrar a Comarca de Santa Branca. Em razão de homenagem que os políticos locais, vários deles pertencentes à maçonaria, quiseram prestar a um dos maiores Presidentes que a República do Brasil já tivera (ou mesmo já teve), pugnaram e alcançaram, por força da Lei Estadual nº 965, de 16 de novembro de 1905, que São José do Paraitinga passasse a chamar-se de SALESÓPOLIS, em honra ao Doutor Manoel Ferraz de Campos Salles, home paulista e civilista que dignificou a Nação, no período em eu a serviu na mais elevada função pública. 26-05-92. Raul Wuo. Novamente, terminada a leitura, o Sr. Presidente concedeu a palavra aos Nobres Edis inscritos. O **VER. VANDERLON OLIVEIRA GOMES** reportou-se, inicialmente, a CARTA do cidadão Paulo David Alonso, na qual ele cita que, através de uma Indicação de sua autoria, foi solicitada a colocação de uma luminária na Rodovia SP-88, Km 102, contudo, disse que, diante desse documento, fica até constrangedor aos Vereadores, porque o autor solicita aos Vereadores interferirem junto ao Sr. Prefeito Municipal, para que a luminária seja colocada. Acrescentou o orador que, há mais de um ano, conforme registra, o pedido foi feito e, conforme o Sr. Paulo Alonso mesmo disse, se ele paga a CIP – Contribuição para

Iluminação Pública, tem o direito à iluminação pública igual a todos os contribuintes. Lembrou ainda que no referido local há um ponto de parada de transporte escolar, portanto, seu atendimento, garantirá segurança aos estudantes do período noturno, além de inibir que estranhos parem no local amedrontando os estudantes. Por fim, disse que espera seja esta solicitação atendida, evitando que outros munícipes tenham que agir tal qual o Sr. Paulo agora faz. O **VER. ANGELINO RODRIGUES** iniciou justificando oralmente sua Indicação Nº 149, dizendo que já apresentou pedido igual no ano passado, mas, até o momento, nada foi resolvido. Relatou que, nesta semana, aguardava o ônibus para Mogi, quando viu um carro, após passar a lombada, perder o escapamento, quando o motorista o abordou e solicitou-lhe, na condição de Vereador, tomar providências para rebaixar a lombada, pois, além dele, outros já teriam assumidos prejuízos com conserto dos seus veículos. Na oportunidade, o orador disse que informou ao interlocutor que já fez o pedido, mas, não foi atendido, contudo, prosseguiu o orador, espera que agora seja atendido, evitando prejuízos a outros motoristas. Lembrou ainda que, há dois meses, ocorreu um acidente fatal no local, cujo motoqueiro se perdeu na lombada e bateu direto em uma árvore próxima, deixando esposa e filho. Concluindo, o orador lamentou que isto tenha ocorrido, porque se trata de um problema que existe solução. Em seguida, justificou sua Indicação Nº 150, dizendo que a apresentou atendendo a direção da EE Ver. Elisiário Pinto de Morais, porque os alunos, em período de chuva, ficam expostos com seu material, sem qualquer proteção. Enfatizou que é mais um pedido do ano anterior que reapresenta, esperando ser atendido desta vez. Passando a presidência ao Vice-Presidente, Ver. Paulo Arouca Sobreira, o **VER. SEBASTIÃO RODRIGUES DE CAMPOS JÚNIOR,** reportando-se ao Projeto de Decreto Legislativo Nº 02, que apresentou com os demais membros desta Casa de Leis, disse que, por diversas vezes, os Vereadores usam a tribuna para comentar o trabalho desenvolvido pela Associação Caminhando Juntos neste município, portanto, nada mais justo, reconhecê-la como parceira do município, concedendo-lhe a Medalha de Mérito. Acrescentou ainda que, melhor seria se Salesópolis tivesse outras dez ou vinte entidades desenvolvendo trabalho igual ao da Associação Caminhando Juntos junto às crianças de famílias menos favorecidas. Em seguida, leu na íntegra a justificativa desse Projeto e, ao final, disse que espera contar com o apoio irrestrito dos Nobres Pares, quando da votação. Concluiu enfatizando que os Vereadores devem se concentrar e procurar incentivar atitudes como da entidade homenageada. Ato contínuo, justificou oralmente a Moção Nº 10, esclarecendo que o Deputado Estadual Celso Giglio apresentou um projeto, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, isentando todos os veículos oficiais da taxa de pedágio. O orador acrescentou que o Estado é cortado por uma rodovia federal (Via Dutra) e os veículos são isentos da referida taxa, contudo, nas rodovias estaduais pagam normalmente. Enfatizou que, até então, não havia qualquer iniciativa para concessão desta isenção e, através desta moção, apóia a iniciativa do Deputado, porque acredita que a medida vem de encontro às necessidades dos municípios mais carentes. Retomando a presidência e não havendo mais oradores inscritos, nem matéria a ser tratada na presente Ordem do Dia, o Sr. Presidente passou para a **EXPLICAÇÃO PESSOAL** e, conforme livro de inscrição, concedeu a palavra aos Nobres Edis inscritos. O **VER. VANDERLON OLIVEIRA GOMES** comentou que foi procurado por alguns atletas que participaram da Corrida de Ciclista – Desafio da Nascente, os quais reclamaram ter solicitado apoio à Secretaria Municipal de Esportes, mas, se frustraram com o retorno. Enfatizou que, para aqueles que participaram, o evento foi de grande importância, tanto que reuniu noventa e oito ciclistas da cidade e da

região, ou seja, atraiu bastante turistas, mas, o evento não foi valorizado. Entretanto, mais chateados ainda, ficaram os integrantes da Corrida de São Vicente (Pedestre), do Bairro Totozinho Cardoso, pois, enquanto em cidades vizinhas contou com uma média de duzentos participantes, nas últimas provas, em Salesópolis, teve apenas dez participantes. Lamentaram a falta de divulgação, envolvimento de outras cidades, entre outras medidas necessárias, desmotivando os atletas que publicaram, no Blog do Jornal A Notícia que, para eles, no dia de ontem, as corridas de pedestre em Salesópolis se encerraram. Lamentou o fato, porque todos sabem o quanto é importante os atletas levarem o nome de Salesópolis nas competições regionais, mas, "dentro de casa", não contam com o necessário apoio, por motivo desconhecido. Disse que procurará o Secretário Municipal de Esportes para saber o que realmente ocorreu, decepcionando tanto os atletas desta cidade, que não contaram com organização do evento e fiscais para demarcação do percurso, o que seria evitado se fosse melhor planejado. Reportando-se à Área de Saúde, lembrou que, na segunda-feira passada, usou a tribuna para expor um caso ocorrido e no dia seguinte, como ele e outros Vereadores sempre fazem, para evitar que os moradores da zona rural tenham que voltar, até seis vezes, para marcar um exame, devido ao sistema arcaico, foi à Secretaria de Saúde agendar um exame para um conhecido e, para sua surpresa, a funcionária Andressa Campos, filha do Provedor da Santa Casa local, informou-lhe que, a partir daquele dia, foi determinado que os exames não mais seriam marcados por terceiros. Naquele momento, o orador disse que questionou de quem era tal determinação, quando aquela funcionária respondeu que era da própria Secretária Municipal. O orador disse que, se a Secretária Municipal de Saúde não conhece o município, propõe-se a acompanhá-la, a pé, até os Bairros do Ribeirão do Pote, Nascente do Tietê, Pedra Branca, Serrote, Pico Agudo e outros, para ver o que os moradores da zona rural evitam quando os Vereadores agendam seus exames. Disse acreditar ainda que a Secretária de Saúde também não deve saber que Salesópolis não dispõe de transporte público e, talvez, se sair do seu carro de luxo, poderá entender as dificuldades enfrentadas pela população e, provavelmente, não boicotar o trabalho dele. Ressaltou a necessidade de pensar melhor antes de agir, pois, já não é a primeira vez que enfrenta este tipo de boicote. Revelou que, naquele dia, a consulta que pretendia marcar era para uma prima do Prefeito Adilson, contudo, espera que a Sra. Secretária aceite seu convite para saber o que povo enfrenta, enfatizando que, se ela ajudou na elaboração do Programa de Governo da atual gestão, devia olhar para relembrá-lo; do contrário, deve pegá-lo para conhecer o que foi colocado para a Área de Saúde. Finalizando, o orador disse que prometeu protestar essa determinação, enquanto permanecer o atual sistema, deixando de fazê-lo quando os munícipes forem marcar um exame ou consulta e não precisarem voltar para conseguirem seu objetivo. Por fim, reiterou o convite para acompanhar, a pé, a Secretária Municipal, o Prefeito e seu Vice-Prefeito, para melhor entender porque ele faz este tipo de trabalho (marcar exame). O **VER. PAULO AROUCA SOBREIRA** disse que convive, diariamente, com a Área de Saúde e, reportando-se à manifestação do orador que o antecedeu sobre agendamento, disse que faria alguns esclarecimentos. Iniciou dizendo que não há necessidade da pessoa retornar até cinco vezes para agendar o exame, porque a rede, denominada CONEXA, avisará o paciente sobre a data e horário quando for marcado e, para tanto, será expedido boleto pela internet, bastando ao paciente pegar o impresso e agendar o carro. Disse que este modelo é usual no país inteiro, haja vista que a disponibilização de vagas é feita pela citada rede, através do Sistema de Saúde, seja para exames de laboratório, tomografia, densitometria, ressonância, entre outros que não são realizados no município. Informou que a Secretária Municipal de

Saúde participa, mensalmente, de reunião com a Diretoria Regional de Saúde, onde é destinado o número de exames e quando ela também "briga" pelo aumento destes. Portanto, é difícil acreditar que a determinação tenha partido dela, embora não desmereça nenhum profissional, mas, acredita seja impossível porque, conforme registrou o orador que o antecedeu, Salesópolis não dispõe de transporte público, portanto, os moradores da zona rural dependem do transporte ou dos Vereadores que, ao visitarem a zona rural, são solicitados a marcar exame, o que é feito diariamente. Quanto à forma, ou seja, um terceiro agendar ou buscar exame, já é rotina nesta cidade, tanto que, além de Vereadores, há pessoas pedindo para motorista marcar e buscar exame, portanto, não existe impedimentos, mas, acredita que o profissional que delega o serviço ao funcionário deve ser melhor esclarecido e, aquele que atende a população, deve ter conhecimento e prestar bom atendimento ao paciente, ainda que seja orientar outro lugar que pode realizar o exame, onde é mais barato e tem desconto. Disse que há falhas, mas, dentro da logística proposta de agendamento, a retirada da fila que se formava de madrugada, é alvo de elogios. Lembrou que, toda mudança gera resistência, inclusive política, mas, será conveniente se o povo for bem atendido. Enfatizou, por fim, que, se houver resistência política, o Poder Público não atenderá a população, mas, deve lembrar que é ela quem deve ser beneficiada, pois, acreditou que os Vereadores melhorariam a situação de suas vidas. O **VER. CLAUDINEI JOSÉ DE OLIVEIRA** disse que protocolará alguns documentos no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com relação ao recurso liberado para construção do Posto de Saúde no Bairro Fartura, mas, utilizado na reforma do Posto de Saúde da área central, e outro relativo à hora-extra e mudança de função de funcionários da Adminsitração Municipal. Lembrou que estes dois casos estão entre quatro questionamentos apresentados ao Sr. Prefeito Municipal, onde também inclue o Plano de Carreira dos Funcionários Públicos Municipais. Disse que ao questionar sobre este plano, pretendia confrontar com a resposta que lhe foi dada em 2009, onde o Sr. Prefeito Municipal informou que estava formando uma equipe de funcionários para estudar e elaborar referido plano, contudo, a resposta agora é de que foi contratada uma empresa para fazer tal estudo. Acrescentou que ainda questionou acerca de promoção aleatória de funcionário, haja vista que alguns mudaram de cargos até três vezes, somente nesta gestão, e que, aliado a outros problemas relacionados à pagamento de horas-extras e vale-alimentação, decidiu apresentar e solicitar análise do Tribunal de Contas. Comentou a resposta extemporânea e não satisfatória ao seu Requerimento sobre o ressarcimento de custos aos munícipes que foram atendidos por uma ONG que veio a cidade, fazer acuidade visual, mas foi denunciada por irregularidades, dizendo, portanto, que orientará os prejudicados a procurar a Promotoria Pública para defendê-los, pois a população não pode ser lesada. Comentou ainda outro Requerimento referente à pavimentação da Rua Sebastião Soares Leite, Bairro Fartura, em que o Chefe do Executivo respondeu que não atenderia tal via porque o valor de quatrocentos e cinqüenta mil é muito alto e os Vereadores deveriam tentar mais recurso. Entretanto, o orador registrou que já tinha conseguido trezentos mil para tal obra e, se já tivesse iniciado com este valor, pleitear e conquistar o restante seria mais fácil, mas, para não atender o orador, o Prefeito age dessa forma. Reportando-se às questões de meio ambiente, o orador relatou que tem recebido algumas reclamações, pois, quando um munícipe procura o setor municipal para ligação de água, é encaminhado à Sabesp, entretanto, esta não o atende alegando tratar-se de área que não pode ser atendida. Lamentou o fato, porque parece um jogo da Administração Municipal para que a Sabesp diga não, ao invés de falar a verdade sobre o que vem sendo tratado e decido em reuniões. Lamentou também porque os

Secretários e Diretores, que são os olhos e ouvidos do Sr. Prefeito Municipal, deveriam responder o que de fato vem ocorrendo, responsabilizando-se pelas decisões, ao invés de jogar a responsabilidade para a Sabesp, para que esta negue o pedido. Reportando-se à manifestação do Nobre Par Vanderlon, acerca do atendimento na Área de Saude, disse que mais que outros Vereadores deste Legislativo, ele é o maior penalizado, pois sua esposa trabalha na Santa Casa e uma irmã e uma tia, no Posto de Saúde da área central, portanto, quando menciona o setor, logo dizem que foram elas que lhe passaram informação, entretanto, a manifestação do Nobre Colega comprova que os problemas estão expostos para todos verem, seja fila virando esquina, com fornecimento de chá, bolacha e até chocolate, devido à falta de organização. Acrescentou que a Secretaria de Saúde já funcionou melhor, e atualmente, não funciona nem politica nem administrativamente, o que pode ser constatado porque está na boca do povo. Questionou porque um Vereador não pode agendar exame se, conforme registrado também por outro Nobre Colega, há uma norma e ninguém passará na frente de ninguém. Entende até que demora o atendimento, pois o problema na área de saúde ocorre no País inteiro, todavia, a maior falha está neste município que não permite que uma pessoa ajude outra. Ressaltou que ele, assim como algumas outras pessoas, ama esta cidade em que vive e luta por ela, mas, algumas pessoas vêm para cidade, achando que assumir uma secretaria municipal é status. Enfatizou que, para assumi-la, não basta ter bom coração e boa índole, é necessário ter jogo de cintura. Disse que a área não está conseguindo atender nem a sua própria base, necessitando avaliar, pois, se as coisas estão ruins, deve-se mudar, a fim de atender melhor o povo desta cidade que tem a mão calejada de tanto enfrentar o batente. Lembrou ainda que falou-se tanto em resolver a questão da produção de carvão, atribuíram culpa a uns e outros, mas, até o momento, nada foi resolvido. Retomando sobre a Área de Saúde, questionou a quantas anda o agendamento de veículos para a realização de exames nas cidades da região e capital, pois, ele mesmo, tem se recorrido ao Presidente deste Legislativo para atender casos que a Secretaria Municipal não atende, embora seja direito do todo cidadão. Por fim, enfatizou que, embora reconheça que a Câmara Municipal não pode fazer assistencialismo, há casos em que a pessoa pode perder um exame, que demorará mais três meses para remarcá-lo, ou até mesmo uma cirurgia já marcada, por falta de transporte ou de combustível. Disse ter ouvido que o gasto do Município com combustível foi muito alto no primeiro semestre e agora “fechou a torneira”, mas o povo não pode sofrer as conseqüências, por isso, os Vereadores devem fiscalizar e interceder pelos cidadãos. Disse que, independente de quem assumir a cadeira de Prefeito Municipal, enquanto estiver nesta Casa de Leis, sempre “brigará” por transporte digno para o cidadão chegar ao médico ou para agendar um exame, reconhecendo que a área de saúde está muito mal e algumas decisões tomadas pela Adminsitração Municipal prejudica os munícipes. Falou àqueles que acham que assumir diretoria ou secretaria municipal é status, que se desligue do cargo, deixando pessoas do município assumir a vaga, porque certamente não haverá este tipo de proibição a um Vereador que trabalha. Registrou que, se tal fato ocorresse com ele, na mesma hora, teria descido e buscado o Promotor Público para que ouvisse o que a funcionária disse, pois, não pode concordar com tal medida. Por fim, expôs o Plano de Governo da atual gestão, dizendo que ali constavam promessas de entrega de remédio por meio de motoboy, entretanto, nem o remédio de uso contínuo que é obrigatório por lei estão fornecendo e, até o momento, nada disso foi visto. Não havendo mais oradores inscritos, o **SR PRESIDENTE** registrou que, no último sábado, no evento realizado pelo Conselho Municipal de Turismo, nesta Casa de Leis, esteve presente a

Deputada Federal Janete Pietá, representante da sociedade negra deste País, abrilhantando os trabalhos daquela tarde, quando foi apresentado os resultados da pesquisa sobre o Padre Dória e Rota Dória. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, em nome de Deus, declarou encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata.

Sala Ver. Antonio Paulino de Miranda Júnior, em 26 de Setembro de 2011.

PRESIDENTE :

1ª SECRETÁRIA :

2º SECRETÁRIO :

A Ata supra foi lida e _____ em Sessão Ordinária, realizada em 03 de Outubro de 2011.